



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Brasília

# Plano de Dados Abertos

**Vigência:**

**Setembro de 2020 a Setembro de 2022**

---

# Instituto Federal de Brasília

SAUS Quadra 2 Bloco E Edifício Siderbrás  
Brasília-DF, 70070-906

## REITORIA

### Reitora

Luciana Miyoko Massukado

### Chefe de gabinete da reitoria

Cristiane Batista Salgado

### Pró-reitor de administração

Rodrigo Maia Dias Ledo

### Pró-reitora de ensino

Yvonete Bazbuz da Silva Santos

### Pró-reitor de extensão e cultura

Paulo Henrique Sales Wanderley

### Pró-reitor de gestão de pessoas

José Anderson de Freitas Silva

### Pró-reitora de pesquisa e inovação

Giovanna Megumi Ishida Tedesco

### Diretora de comunicação

Sandra Maria Branchine

### Diretor de planejamento e orçamento

Rodrigo Alfani

### Diretor de tecnologia da informação

Bruno Nepomuceno

## Elaboração:

### Diretoria de Planejamento e Orçamento

Diretor - Rodrigo Alfani

### Coordenação-Geral de Planejamento

Coordenadora - Valdiná Regis L. Feitosa

## CAMPI

### Diretora geral do campus Brasília

Patrícia Albuquerque de Lima (2019/2023)

### Diretor geral do campus Ceilândia

Ricardo Frangiosi de Moura (2019/2023)

### Diretor geral do campus Estrutural

Giano Luís Copetti (2019/2023)

### Diretor geral campus Gama

Rômulo Ramos Nobre Júnior (2019/2023)

### Diretor geral campus Planaltina

Nilton Nélío Cometti (2019/2023)

### Diretor geral campus Recanto das Emas

Germano Teixeira Cruz (2019/2023)

### Diretor geral campus Riacho Fundo

Gervásio Barbosa Soares Neto (2019/2023)

### Diretor geral campus Samambaia

Paulo Henrique Silva Ribeiro (2019/2023)

### Diretor geral campus São Sebastião

Robson Caldas de Oliveira (2019/2023)

### Diretor geral campus Taguatinga

Leonardo Moreira Leodido (2019/2023)

## Equipe:

Filipe de Moraes Cangussu Pessoa

Willy Clayton Alves dos Santos

Fernanda Plentz de Andrade

---

<b>Apresentação</b>	<b>3</b>
<b>1 Introdução</b>	<b>4</b>
<b>2 Cenário Institucional</b>	<b>8</b>
2.1 Plano de Desenvolvimento Institucional PDI (PDI 2019-2023)	9
<b>3 Objetivos e Diretrizes</b>	<b>10</b>
3.1 Objetivo Geral	10
3.2 Objetivos Específicos	10
3.3 Diretrizes	11
<b>4 Definição dos dados a serem abertos</b>	<b>12</b>
4.1 Grau de relevância ao cidadão - Consulta Pública	13
4.2 Demais critérios	16
4.3 Matriz de Priorização	17
4.4 Bases selecionadas para abertura	18
<b>5 Estratégias para a abertura de dados</b>	<b>21</b>
<b>6 Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos</b>	<b>23</b>
<b>7 Governança e Sustentação</b>	<b>23</b>
<b>8 Coordenação, Controle e Execução</b>	<b>25</b>
<b>9 Comunicação e Participação Social</b>	<b>26</b>
<b>10 Plano de Ação/Cronograma</b>	<b>27</b>
<b>12 Anexos</b>	<b>30</b>
Anexo 1 - Inventário de Bases de Dados do IFB	30
Anexo 2 - Devolutiva da Consulta Pública referente ao inventário de bases de dados do IFB	32
Anexo 3 - Glossário de siglas	34
Anexo 4 - Glossário de definições (fonte: INDA)	35
Anexo 5 - Referências	37

## Apresentação

O plano de Dados Abertos (PDA) é o documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), obedecendo a padrões mínimos de qualidade, com o intuito de facilitar a compreensão e a reutilização das informações. É ele quem estrutura o planejamento referente à implantação e racionalização dos processos de publicação de dados abertos do IFB e tem como propósito publicizar as ações e estratégias organizacionais que nortearão as atividades da abertura de dados, no âmbito do IFB, de forma institucionalizada e sistematizada pelo período de dois anos, em conformidade com a legislação vigente, a qual trata sobre a construção do PDA pelas instituições públicas.

Sua elaboração vem ao encontro do disposto na Lei de Acesso à Informação (LAI), na Instrução Normativa Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) nº 4, de 13 de abril de 2012, o Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, bem como dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do 2º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, entre outros normativos que abordam o tema de transparência.

O PDA contém informações sobre os canais de comunicação; as formas de interação com a sociedade; estratégia definida para abertura dos dados, com respectivo plano de ação contendo as atividades, produtos, cronograma, prazos; análise de risco de abertura de dados protegidos por sigilo ou de caráter pessoal; cronograma com prazos e responsabilidades, matriz de governança; bem como obediência às metodologias e padrões para a correta catalogação e publicação.

O cidadão poderá usar os canais de comunicação do Instituto Federal de Brasília para relatar problemas técnicos ou inconsistências dos dados disponibilizados, que serão encaminhados às áreas responsáveis para respostas e soluções, conforme o caso. Os usuários também poderão fazer sugestões que servirão como referência para o aperfeiçoamento e as revisões do PDA.

## 1 Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – ou simplesmente Instituto Federal de Brasília (IFB) – é uma instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação, e possui natureza jurídica de autarquia detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar.

A abertura de dados por parte do IFB, que zela pelos princípios da publicidade, transparência e eficiência, aumenta a disseminação de dados e informações para a sociedade com visão de melhoria contínua de qualidade, o que dá maior suporte à tomada de decisões dos seus gestores públicos e ao controle pela sociedade.

A institucionalização da Política de Dados Abertos (PDA) consiste na publicação e disseminação dos dados e das informações públicas por meio de ferramentas tecnológicas, principalmente a Internet. Essa forma de disponibilizar os dados permite a compreensão e a avaliação dos resultados de modo transparente e organizado. Além disso, possibilita não só a reutilização em aplicativos digitais desenvolvidos pela sociedade, mas também a sistematização e a pluralidade de temas que permeiam as questões de ensino, pesquisa e extensão. Essa divulgação de dados constitui insumo básico para a tomada de decisão técnico-política, assim como proporciona ao cidadão um melhor entendimento do Governo, promove o acesso aos serviços públicos e disponibiliza para a sociedade informações atualizadas e confiáveis.

O IFB tem como princípios norteadores definidos em seu Estatuto:

*"compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência, gestão participativa e democrática;"*

O IFB considera na elaboração de seu PDA, os princípios e diretrizes dos normativos abaixo e os deles decorrentes:

- Os parâmetros estabelecidos na e-PING - arquitetura de interoperabilidade do governo eletrônico, e os vocabulários e ontologias de Governo Eletrônico e-VoG e e-MAG - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (instituído pela Portaria SLTI/MPDG nº 3, de 7 de maio de 2007);
- O Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, que instituiu a criação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e determina que o compartilhamento e disseminação dos dados geoespaciais e seus metadados é obrigatório para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, salvos os protegidos por sigilo;
- A Instrução Normativa nº 4 de 13 de abril de 2012, que cria a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) e estabelece conceitos referentes a: dado, informação, dado público, formato aberto, licença aberta, dados abertos e metadado;
- O Plano de Ação da INDA, que institui a necessidade de os órgãos instituírem seus respectivos Planos de Abertura de Dados com vistas a uma Política Nacional de Dados Abertos e institui os elementos mínimos do documento, bem como orienta que a abertura de dados deve observar a relevância para o cidadão;
- A criação e entrada em vigor da Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011, a chamada Lei de Acesso à Informação – LAI;
- Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, o qual estabelece o prazo de 60 dias para elaboração e publicação em sítio eletrônico do Plano de Dados Abertos e 180 dias para publicação dos dados de interesse público em formato aberto;
- Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), que aprova as normas que dispõem sobre procedimentos complementares e diretrizes para a elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos.

- Decreto nº 10.160, de 09 de dezembro de 2019, que institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto;
- Portaria Normativa 2/2020 - RIFB/IFB de 06 de janeiro que estabelece a Política de Segurança da Informação e Comunicação - POSIC, no âmbito do Instituto Federal de Brasília - IFB.
- Os parâmetros atuais ou que venham a ser estabelecidos no âmbito do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como os relacionados às áreas de tecnologia da informação (PDTI) do IFB.

No Brasil, uma definição de dados abertos pode ser encontrada no art. 2º, inciso VI, da Instrução Normativa 4/2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (STI/MPOG), que assim dispõe:

*“dados abertos são dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento.”*

Convém ressaltar que a abertura de dados traz as seguintes vantagens, conforme exposto pelo MPOG em seu Kit de dados abertos:

- **Economia de tempo e dinheiro respondendo a pedidos de acesso à informação:** Quando os dados são abertos, os cidadãos podem acessar os dados e informações que procuram de uma maneira direta na web. Liberando sua organização do tempo e custo relacionado a responder os pedidos de acesso à informação;
- **Evita ações duplicadas:** A melhoria da gestão de dados e informações da organização ajuda a prevenir a possibilidade de gastar orçamento pela coleta ou tratamento de dados de maneira duplicada em iniciativas distintas, fato que costuma acontecer quando um departamento desconhece a existência dos dados dos demais;

- **Descobrir conjuntos de dados complementares possuídos por outros órgãos:** Os benefícios da transparência nos conjuntos de dados da sua organização são potencializados quando cada órgão tiver seus dados catalogados de maneira padronizada. Gestores podem perceber que parte ou todos os dados que precisam para alguma iniciativa já estão nas mãos de uma ou mais organizações, ou que conclusões importantes podem ser desenhadas pela combinação dos seus dados com dados adicionais de outras organizações;
- **Atenção positiva dos cidadãos, mídia e outros órgãos:** Nos últimos anos, vários eventos exclusivos sobre dados abertos foram realizados pelas diversas esferas e poderes do estado, com a cobertura da mídia e atenção nacional. Quanto mais dados a organização tornar disponíveis em formatos fáceis de reusar, mais oportunidades para cobertura positiva das iniciativas de dados abertos e do impacto desses dados na sociedade;
- **Gerar receita e criar novos empregos:** A publicação de dados abertos tende a estimular a economia, na medida em que agentes econômicos privados os utilizam na criação de novos processos de negócio e na otimização dos processos existentes. A primeira ocorre quando empresas utilizam os dados públicos para gerar novos serviços e aplicações úteis à sociedade. A última pode ocorrer, por exemplo, quando um comerciante decide onde instalar uma nova filial com base em informações demográficas ou na existência de determinados serviços públicos no local. Assim, visa-se também alcançar esse resultado indireto ao propor que os dados abertos sejam um instrumento de interoperabilidade.

Além desses benefícios e vantagens, o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou recentemente cinco motivos para abertura de dados:

- **Motivo 1: Porque a sociedade exige mais transparência na gestão pública.** A publicação de dados governamentais em formato aberto permite que a sociedade possa avaliar as ações e decisões de governo. Dessa forma, os cidadãos assumem o papel de agente de transformação social por meio do acompanhamento e da fiscalização do desempenho do governo;



- **Motivo 2: Porque a própria sociedade pode contribuir com os serviços inovadores ao cidadão.** Com dados disponíveis, os cidadãos, os acadêmicos, as organizações (empresas privadas, start-ups) e as instituições públicas têm a possibilidade de produzir e compartilhar novos conhecimentos e novos serviços;
- **Motivo 3: Porque ajuda aprimorar a qualidade dos dados governamentais.** Com a abertura dos dados governamentais, a sociedade é capaz de identificar erros e direcionar soluções, diminuindo a inconsistência ou a desatualização das informações, e aumentando a qualidade dos dados. Isso também reduz custos e esforço da Administração Pública;
- **Motivo 4: Para viabilizar novos negócios.** Novos negócios foram criados com a abertura de dados, como, por exemplo: sistemas de navegação e sistemas de informações sobre o clima. Tais negócios trazem um retorno positivo ao país, uma vez que geram novos empregos e movimentam a economia, aumentando a receita pública mediante o recolhimento de tributos;
- **Motivo 5: Porque é obrigado por Lei.** Hoje em dia, existe um arcabouço de Leis, Decretos e Instruções Normativas que direcionam a promoção da transparência de dados e da participação social na gestão pública.

Tendo em vista o exposto, o presente documento pretende ser um marco geral de implantação e não um detalhamento da internalização de práticas e ações. Desta forma, o PDA é um instrumento de planejamento e coordenação das ações de disponibilização de dados no IFB válidas para o biênio setembro de 2020 a setembro de 2022, em que o cidadão terá acesso a informações disponibilizadas por meio de sistemas de tecnologia da informação.

## 2 Cenário Institucional

Este Plano de Dados Abertos se relaciona e está alinhado com os seguintes instrumentos e instâncias de gestão do IFB:

## 2.1 Plano de Desenvolvimento Institucional PDI (PDI 2019-2023)

Por ser uma Instituição de Ensino Superior (IES), o IFB deve estruturar um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o qual norteia a Instituição, de forma a cumprir a sua missão e alcançar seus objetivos. Esse documento contempla o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos e metas da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção dos padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento.

Para o PDI 2019-2023 do IFB foram definidos os princípios norteadores de gestão do IFB, expressos em sua Missão, Visão e Valores e que estão alinhados com os objetivos ora expostos por esse PDA.

**Missão:** Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social.

**Visão:** Consolidar-se no DF como instituição pública de excelência em Educação Profissional e Tecnológica, pesquisa aplicada e extensão, ofertante de formação inovadora, inclusiva, pautada no respeito à diversidade e à sustentabilidade, de forma integrada com a sociedade.

**Valores:**

- Ética;
- Educação como bem público gratuito e de qualidade;
- Formação crítica, emancipatória e cidadã;
- Gestão democrática: transparência, participação, autonomia, pluralismo e integração;
- Respeito à diversidade e à dignidade humana;
- Promoção da inclusão;
- Inovação;
- Sustentabilidade econômica e socioambiental.

## 3 Objetivos e Diretrizes

### 3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste plano é o de promover a abertura de dados no IFB que sejam pertinentes às demandas da sociedade, buscando o cumprimento dos princípios da publicidade, transparência e eficiência, como também, a difusão de informações produzidas no âmbito do Instituto e ofertar subsídios qualificados e técnicos à tomada de decisão por gestores públicos e permitir o controle social.

### 3.2 Objetivos Específicos

- identificar prioridades e disponibilizar progressivamente dados em formatos abertos e, sempre que possível, georreferenciados;
- facilitar a busca por dados, promovendo o acesso da sociedade a eles e difundindo seus possíveis benefícios;
- melhorar a gestão e a qualidade dos dados disponibilizados;
- dar transparência a processos institucionais e informações públicas;
- identificar necessidades de novas soluções de Tecnologia da Informação (TI) para melhorar a gestão, organização e disseminação de dados e informações;
- facilitar o acesso às informações, reduzindo a necessidade de interação por meios de ouvidoria ou Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), reduzindo assim o tempo dispendido para a obtenção dos dados desejados;
- estimular a interoperabilidade de dados e de sistemas governamentais para publicação de dados em formato processável por máquina, conforme padrões estabelecidos.

### 3.3 Diretrizes

O processo de abertura dos conjuntos de dados deve considerar as seguintes diretrizes:

1. publicar os dados considerados relevantes para a sociedade de forma célere, no formato disponível, com informações sobre eventuais limitações de qualidade dos dados;
2. publicar dados e seus metadados, conforme estabelecido no Plano de Ação da INDA, o qual institui que cada conjunto de dados deve conter, no mínimo:
  - a) nome ou título do conjunto de dados;
  - b) descrição sucinta;
  - c) palavras-chave (etiquetas);
  - d) assuntos relacionados do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE);
  - e) nome e correio eletrônico do setor responsável pelos dados;
  - f) periodicidade de atualização;
  - g) escopo temporal;
  - h) escopo geopolítico; e
  - i) no caso de dados georreferenciados, deve-se levar em conta as normas e padrões da INDE;
3. publicar os dados do IFB, seguindo os padrões definidos pelo e-PING, pelo e-Gov, pela INDA e pela INDE;
4. publicar os dados abertos do IFB no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no sítio institucional do IFB;
5. publicar os dados geoespacializados no Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais, conforme a INDE;

6. unificar fluxos e procedimentos para a publicação de dados abertos e espaciais, conforme padrões da INDA e da INDE;
7. manter os dados publicados atualizados e sincronizados com a origem com a menor periodicidade e maior granularidade possíveis;
8. atualizar os dados preferencialmente por meio de sincronização automática, estabelecendo-se um processo contínuo, com ganhos de eficiência em comparação a extrações pontuais;
9. utilizar os ambientes do Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal e no sítio institucional do IFB, de maneira a disseminar as informações; e
10. publicar dados observando a Política de Segurança da Informação e normas complementares, além da legislação pertinente sobre o assunto.

## 4 Definição dos dados a serem abertos

A abertura das bases de dados do IFB foi planejada para, sobretudo, atender às premissas do interesse público, publicidade, transparência, eficiência e eficácia. Desse modo, adotou-se um conjunto de critérios para atender a esses princípios durante a priorização da abertura de bases, dentre eles os já elencados no art. 1º da Resolução nº 03 da CGINDA e outros que o IFB julgou importante considerar. São estes:

- Grau de relevância para o cidadão (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, I, §1º);
- Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VIII);
- Estímulo ao controle social (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, II);
- Obrigatoriedade legal/compromisso assumido de disponibilização daquele dado (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, III);

- Refere-se a projetos estratégicos do governo (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, IV)
- Demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, V);
- Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VI);
- Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VII);
- Alinhamento perante o Planejamento Estratégico (critério adicional);
- Refere-se a um sistema estruturante e/ou utilizado por vários órgãos (critério adicional).

#### 4.1 Grau de relevância ao cidadão - Consulta Pública

Para conhecer o grau de relevância das bases de dados do IFB pelo cidadão (conforme Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, I, §1º) foi realizada uma consulta pública pelo período de 17 dias (07/08/2020 a 23/08/2020) no site do IFB. Ao todo, foram registrados 51 acessos e 742 votos, distribuídos conforme exposto abaixo:

Item	Nome da Base de Dados	Descrição	Resultado Consulta Pública (Votos)
1º	Código de Vagas (Ocupados, Livres e Excedentes)	Quantitativos de códigos de vagas (ocupados, livres e excedentes) dos cargos integrantes do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação e do cargo de Professor do Magistério Federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.	38
2º	Grupos de Pesquisa	Banco de dados que compreende informações relacionadas aos grupos de pesquisa do IFB	38
3º	Programas de Intercâmbio Institucional	Banco de dados que compreende os Programas de Intercâmbio Institucional vigentes	37

4º	Docentes por Área de Conhecimento - IFB	Docentes por área de conhecimento	35
5º	Portfólio da Pesquisa e Inovação	Banco de dados que compreende informações relacionadas aos projetos de pesquisa e inovação	34
6º	Tesouro Gerencial IFB	Banco de dados que compreende as informações orçamentárias e financeiras do IFB com tipificações de gastos desenvolvidas para a realidade do IFB	34
7º	Publicações da Editora IFB	Banco de dados que compreende informações relacionadas às publicações realizadas pela Editora IFB	32
8º	Contratos	Lista dos Contratos Administrativos firmados no âmbito do IFB, em conformidade com o disposto na Lei de Transparência.	31
9º	Escola Virtual *	Ambiente Virtual de Aprendizagem desenvolvido no MOODLE. Nele ocorre o desenvolvimento e a oferta de cursos autoinstrucionais, de fluxo contínuo ofertado para a comunidade interna e externa.	31
10º	Extensão (SGA)	Banco de dados que compreende informações relacionadas a Extensão, Estágio e Deficiências dos estudantes	31
11º	Licitações	Informações das licitações realizadas pelo IFB, em atendimento ao art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011	31
12º	Ouvidoria	Base de dados que compreende as informações dos registros de manifestações junto à ouvidoria do IFB	31
13º	Terceirizados	Lista dos prestadores de serviços terceirizados do IFB	31

14º	Acordos Internacionais	Banco de dados que compreende os acordos internacionais vigentes	30
15º	Emendas parlamentares recebidas	Elenca todos os recursos advindos de emendas parlamentares	27
16º	Mundo do Trabalho (IFB em Números)	Banco de dados que compreende informações relacionadas à relação dos egressos do IFB com o mundo do trabalho	27
17º	Extraí Lattes	Banco de dados que compreende as informações dos currículos lattes dos servidores do IFB (professores e técnicos)	26
18º	NEAD *	Ambiente Virtual de Aprendizagem desenvolvido no MOODLE. Nele ocorre o desenvolvimento e a oferta de cursos regulares presenciais e a distância, de extensão e capacitações dos servidores.	26
19º	Plataforma Eventos *	Concentra os dados dos eventos institucionais, inscrição e certificação de participantes	25
20º	SIGAE *	Sistema de Gerenciamento de Assistência Estudantil. Reúne informações para o trabalho de classificação e acompanhamento dos estudantes que recebem algum auxílio, seja monetário ou de atendimento técnico especializado.	25
21º	SGA *	Sistema de Gerenciamento Acadêmico. Reúne as informações da vida acadêmica dos estudantes, cursos, notas e frequências.	23
22º	SGPS *	Sistema de Gerenciamento do Processo Seletivo. Trata do processo de inscrição e seleção por meio de sorteio dos inscritos para ingresso nos cursos do IFB	23
23º	SGI	Banco de dados que compreende as informações dos projetos de planejamento e de acompanhamento de rotina do IFB.	21



24º	Redmine DTIC *	Banco de dados que compreende as informações dos projetos e configurações técnicas dos sistemas e serviços de TIC do IFB.	20
25º	SISTEC IFB	Banco de dados que compreende as informações cadastrais dos alunos do IFB desde o ano de 2009	20
26º	SIGEPE IFB	Banco de dados que compreende as informações cadastrais dos servidores do IFB categorizados por unidade administrativa do IFB	15

**\*Base possui conteúdo sigiloso.**

**A devolutiva desta consulta pública pode ser verificada no Anexo 2 deste PDA.**

## ● 4.2 Demais critérios

Os demais critérios foram valorados pelas respectivas áreas de atuação na estrutura da CGU, geradoras das bases de dados listadas. São estes:

- Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VIII);
- Estímulo ao controle social (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, II);
- Possui obrigatoriedade legal/compromisso assumido de disponibilização daquele dado (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, III);
- Refere-se a projetos estratégicos do governo (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, IV);
- Demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, V);
- Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VI);
- Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VII);

- Alinhamento perante o Planejamento Estratégico;
- Refere-se a um sistema estruturante e/ou utilizado por vários órgãos.

### 4.3 Matriz de Priorização

De modo a atender melhor a demanda da sociedade por dados, otimizar o esforço de abertura de bases e cumprir todos os requisitos relacionados na Resolução nº 03 da CGINDA, elaborou-se uma matriz de prioridade. Nela, todas as bases pendentes para abertura foram valoradas e assim estabelecida uma ordem prioritária para direcionar esforços e viabilizar sua abertura, conforme exposto a seguir:

Matriz de Priorização de Bases											
Base de Dados	Critérios										Total (Valor dado ao Critério x Peso) (Classificação decrescente)
	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, I, §1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VIII)	Estímulo ao controle social (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, II)	Possui obrigatoriedade legal/compromisso assumido de disponibilização daquele dado (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, III)	Refere-se a projetos estratégicos do governo (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, IV)	Demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, V)	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VI)	Possibilidade de de fomento a novos negócios na sociedade (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VII)	Alinhamento perante o Planejamento Estratégico	Refere-se a um sistema estruturante e/ou utilizado por vários órgãos	
Peso	5	4	4	2	3	5	3	4	2	4	
Avaliador	CGPL	Ponto Focal	Ponto Focal	Ponto Focal	Ponto Focal	Ponto Focal	Ponto Focal	Ponto Focal	Ponto Focal	Ponto Focal	
Tesouro Gerencial IFB	3	2	3	3	3	3	0	2	2	3	89
Ouvidoria	2	2	3	0	3	2	0	1	2	3	69
SIGEPF IFB	0	3	3	3	3	2	0	1	2	3	69
Extensão (SGA)	2	3	1	0	2	3	3	2	2	0	68
Emendas parlamentares recebidas	2	2	3	3	0	1	2	3	3	0	65
Licitações	2	3	3	3	0	3	1	0	3	0	64
SISTEC IFB	0	3	3	0	2	3	0	3	3	0	63
Contratos	2	2	3	3	0	3	1	0	3	0	60

Mundo do Trabalho (IFB em Números)	2	1	3	0	2	3	1	1	3	0	60
Extraí Lattes	1	2	3	1	0	3	0	2	3	0	56
SGI	1	1	3	0	0	3	2	2	3	0	56
Portfólio da Pesquisa e Inovação	3	2	0	0	0	3	2	2	2	0	56
Programas de Intercâmbio Institucional	3	1	1	1	0	1	2	2	3	0	50
Código de Vagas (Ocupados, Livres e Excedentes)	3	2	2	2	0	2	0	0	2	0	49
Grupos de Pesquisa	3	2	0	0	0	2	1	1	1	0	42
Docentes por Área de Conhecimento - IFB	3	1	0	0	0	2	0	0	2	0	33
Acordos Internacionais	2	0	0	1	0	1	1	2	2	0	32
Terceirizados	2	1	1	3	0	1	0	0	0	0	29
Publicações da Editora IFB	2	1	0	0	0	1	1	1	1	0	28

Valor do Critério	
Não se aplica	0
Baixo	1
Médio	2
Alto	3

## 4.4 Bases selecionadas para abertura

Todas as bases do IFB que ainda não se encontram abertas no Portal de Dados Abertos serão publicadas, exceto as com conteúdo sigiloso. São estas:

### 1. Acordos Internacionais

- Descrição: Banco de dados que compreende os acordos internacionais vigentes.
- Frequência de atualização: Anual.

## **2. Código de Vagas (Ocupados, Livres e Excedentes)**

- Descrição: Quantitativos de códigos de vagas (ocupados, livres e excedentes) dos cargos integrantes do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação e do cargo de Professor do Magistério Federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.
- Frequência de atualização: Mensal.

## **3. Contratos**

- Descrição: Lista dos Contratos Administrativos firmados no âmbito do IFB, em conformidade com o disposto na Lei de Transparência.
- Frequência de atualização: Mensal.

## **4. Docentes por Área de Conhecimento - IFB**

- Descrição: Docentes por área de conhecimento.
- Frequência de atualização: Mensal.

## **5. Emendas parlamentares recebidas**

- Descrição: Elenca todos os recursos advindos de emendas parlamentares.
- Frequência de atualização: Anual.

## **6. Extensão (SGA)**

- Descrição: Banco de dados que compreende informações relacionadas a Extensão, Estágio e Deficiências dos estudantes.
- Frequência: Anual.

## **7. Extraí Lattes**

- Descrição: Banco de dados que compreende as informações dos currículos lattes dos servidores do IFB (professores e técnicos).
- Frequência de atualização: Anual.

## **8. Grupos de Pesquisa**

- Descrição: Banco de dados que compreende informações relacionadas aos grupos de pesquisa do IFB.
- Frequência de atualização: Anual.

## **9. Licitações**

- Descrição: Informações das licitações realizadas pelo IFB, em atendimento ao art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- Frequência de atualização: Mensal.

## **10. Mundo do Trabalho (IFB em Números)**

- Descrição: Banco de dados que compreende informações relacionadas à relação dos egressos do IFB com o mundo do trabalho.
- Frequência de atualização: Anual.

## **11. Ouvidoria**

- Descrição: Base de dados que compreende as informações dos registros de manifestações junto à ouvidoria do IFB.
- Frequência de atualização: Anual.

## **12. Portfolio da Pesquisa e Inovação**

- Descrição: Banco de dados que compreende informações relacionadas aos projetos de pesquisa e inovação.
- Frequência de atualização: Anual.

## **13. Programas de Intercâmbio Institucional**

- Descrição: Banco de dados que compreende os Programas de Intercâmbio Institucional vigentes.
- Frequência de atualização: Anual.

## **14. Publicações da Editora IFB**

- Descrição: Banco de dados que compreende informações relacionadas às publicações realizadas pela Editora IFB.
- Frequência de atualização: Anual.

## **15. SGI**

- Descrição: Banco de dados que compreende as informações dos projetos de planejamento e de acompanhamento de rotina do IFB.
- Frequência de atualização: Trimestral.

**16. SIGEPE IFB**

- Descrição: Banco de dados que compreende as informações cadastrais dos servidores do IFB categorizados por unidade administrativa do IFB.
- Frequência de atualização: Anual.

**17. SISTEC IFB**

- Descrição: Banco de dados que compreende as informações cadastrais dos alunos do IFB desde o ano de 2009.
- Frequência de atualização: Anual.

**18. Terceirizados**

- Descrição: Lista dos prestadores de serviços terceirizados do IFB.
- Frequência de atualização: Mensal.

**19. Tesouro Gerencial IFB**

- Descrição: Banco de dados que compreende as informações orçamentárias e financeiras do IFB com tipificações de gastos desenvolvidas para a realidade do IFB.
- Frequência de atualização: Anual.

## 5 Estratégias para a abertura de dados

As estratégias concernentes à abertura de dados no âmbito do IFB baseiam-se na realização dos seguintes procedimentos:

- Levantamento do conjunto dos dados potencialmente disponíveis;

- 
- Seleção e priorização dos dados que serão disponibilizados, levando em consideração as demandas internas e externas do instituto e da sociedade;
  - Definição de responsáveis pelo preparo e atualização dos dados e detalhamento de plano de ação contendo metas e prazos;
  - Seguir os padrões definidos pela Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA e pela Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e Governo Eletrônico, quando da publicação de dados;
  - Definição de arquitetura de abertura para cada sistema;
  - Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Portal do IFB, dando-se publicidade à iniciativa;
  - Publicação dos dados catalogados, observando-se o uso de URL fixa;
  - Sempre que possível, publicar dados e seus metadados conforme estabelecido no Plano de Ação da INDA, que institui que cada conjunto de dados deve conter, no mínimo:
    - Nome ou título do conjunto de dados;
    - Descrição sucinta;
    - Palavras-chave;
    - Assuntos relacionados do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE);
    - Nome e e-mail do setor responsável pelos dados;
    - Periodicidade de atualização;
    - Escopo temporal;
    - Escopo geopolítico.

## 6 Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos

Os conjuntos de dados abertos gerados no IFB serão publicados no portal da Instituição sob o endereço de internet (URL) <http://dadosabertos.ifb.edu.br> e também catalogados no Portal Brasileiro de Dados Abertos. A execução desse processo é de responsabilidade da Coordenação Geral de Planejamento (CGPL), situada na Diretoria de Planejamento e Orçamento (DRPO), com o apoio da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTIC), e será preferencialmente realizada de forma automatizada.

## 7 Governança e Sustentação

A abertura dos dados, no âmbito do IFB, levará em consideração as demandas recebidas da sociedade e encaminhadas via e-SIC, Ouvidoria e Diretoria da Comunicação (DICOM), bem como de outros setores internos da instituição. Ademais, também será considerado as sugestões de bases para abertura dos Institutos Federais contidas no Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos 2018.

Em atenção ao estabelecido no art. 5º, § 4º, do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016:

*“§ 4º A autoridade designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, será responsável por assegurar a publicação e a atualização do Plano de Dados Abertos, e exercerá as seguintes atribuições:*

- I - orientar as unidades sobre o cumprimento das normas referentes a dados abertos;*
- II - assegurar o cumprimento das normas relativas à publicação de dados abertos, de forma eficiente e adequada;*
- III - monitorar a implementação dos Planos de Dados Abertos; e*
- IV - apresentar relatórios periódicos sobre o cumprimento dos Planos de Dados Abertos, com recomendações sobre as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento da Política de Dados Abertos”.*



E ainda de acordo com o Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, elaborado pelo TCU, que aponta que

*“a alta administração da organização possui papel fundamental na divulgação de dados públicos de maneira ampla e aberta.”*

Defini-se que o Comitê de Governança Digital (CGD) do IFB, instituído pela Portaria Normativa nº 02, de 02 de maio de 2016, juntamente com a autoridade responsável pela LAI, têm a função de aprovar e acompanhar a execução do PDA no nível estratégico, a fim de que a abertura de dados governamentais seja um processo perene e sustentável no âmbito do IFB, pois o CGD coleciona parte importante da alta administração do Instituto e seus *campi*, e com isso aproveita-se de forma imediata a estrutura de funcionamento existente naquele comitê.

O CGD e a autoridade responsável pela LAI ficarão, ainda, responsáveis pela orientação e supervisão da curadoria dos metadados no portal dadosabertos.ifb.edu.br, e executarão suas ações e demandas relacionadas à Governança e à curadoria deste PDA através da emissão de recomendações e/ou orientações normativas às unidades setoriais responsáveis pelo conjunto de metadados respectivo.

No apoio ao processo de curadoria, será atribuída à Diretoria de Planejamento e Orçamento (DRPO) da Reitoria do IFB a operacionalização das ações de controle e monitoramento, que serão realizadas em estrita observação das orientações e recomendações do CGD.

A curadoria compreende as seguintes atividades:

- Verificar, para efeitos de publicação, se os dados estão de acordo com os padrões da INDA e INDE (metadados atualizados contendo a descrição, contatos dos responsáveis pelas informações e dos outros metadados associados a cada conjunto de dados);
- Indicar os responsáveis setoriais que serão encarregados de coordenar os processos de abertura de dados das respectivas unidades, de acordo com o plano

de ação do PDA e contatar os responsáveis pelos dados, caso se verifique que algum dos arquivos catalogados se tornou indisponível;

- Identificar e elaborar propostas para possíveis melhorias de qualidade dos dados disponibilizados e novos conjuntos de dados candidatos a abertura. As propostas deverão ser construídas a partir das demandas recebidas da sociedade e encaminhadas via e-SIC, Ouvidoria e Diretoria da Comunicação (DICOM), bem como de outros setores internos da instituição e da gestão de dados da DTIC que gerencia e oferece soluções transversais para as necessidades de compartilhamento de dados entre os diferentes sistemas mantidos pelas unidades do IFB.

## 8 Coordenação, Controle e Execução

A Coordenação Geral de Planejamento (CGPL) vinculada à Diretoria de Planejamento e Orçamento (DRPO), coordenará os processos de abertura de dados das respectivas unidades de gestão do IFB, de acordo com o Plano de Ação.

A CGPL deverá, ainda, analisar as bases, antes de serem publicadas, a fim de identificar possíveis inconsistências na disponibilização dos dados, além de assegurar que não serão divulgadas informações restritas e sigilosas nos termos da Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527, de 2011.

Caberá aos responsáveis setoriais informarem os metadados, assim como elaborar o Dicionário de Dados para cada base que for publicada, responsabilizando-se pelos dados informados.

Dessa forma, a CGPL deverá zelar para que o PDA atinja a estratégia de disponibilizar, o mais rapidamente possível, os dados que são mais relevantes para a sociedade, nas condições disponíveis, e com a qualidade de conteúdo que os dados necessitam.

Outro aspecto importante é a constante atualização das informações, obedecida a periodicidade definida, além de propostas de ações de melhoria que garantam melhores formatos e maior qualidade das informações.

No desenvolvimento das suas atividades de coordenação, monitoramento e controle a CGPL deve instituir os seguintes critérios de qualidade, conforme previsto no Plano de Ação do INDA:

- Os dados disponibilizados devem estar disponíveis para serem acessados diretamente, através de URL única, ou seja, passível de ser reproduzida e compartilhada, sem necessidade de navegação na página para seu acesso;
- Tabelas mantidas em arquivos PDF (relatórios, por exemplo), devem estar contidas também em arquivos próprios para sua estruturação (como csv e odt), e serem referenciadas por esses relatórios;
- Os dados disponibilizados devem ser feitos em formatos abertos, conforme formatos recomendados pela e-PING;
- Os dados publicados devem conter um conjunto mínimo de metadados, conforme a cartilha técnica para publicação de dados, disponível em <http://dados.gov.br/cartilha-publicacao-dados-abertos/>.

## 9 Comunicação e Participação Social

A divulgação do Plano de Dados Abertos do IFB e de suas revisões será realizada por meio do sítio institucional do IFB na Internet e na Intranet, buscando atingir tanto o público interno quanto à sociedade, de modo a aprimorar a disseminação da cultura da transparência na disponibilização das informações. Além disso, o IFB continuará atualizando o levantamento dos principais questionamentos via e-SIC, Ouvidoria e Diretoria da Comunicação (DICOM), bem como de outros setores internos da instituição, com vistas a orientar a abertura de dados, aumentando dessa forma, a transparência ativa.

O cidadão poderá usar os canais de comunicação do IFB para informar o Instituto sobre problemas técnicos ou inconsistências encontradas nos dados publicados, o que será

encaminhado à área responsável para tratamento e resposta. Os usuários também podem fazer sugestões para o aperfeiçoamento do PDA.

Como forma de fomentar a divulgação e a utilização dos dados abertos do IFB pela sociedade, serão publicadas notícias no portal do IFB noticiando sempre que uma base for disponibilizada em formato aberto. Também será realizado de um evento presencial com o mesmo intuito, o que será detalhado no plano de ação do presente PDA.

## 10 Plano de Ação/Cronograma

### Cronograma de elaboração e sustentação do PDA

Produto	Ação	Meta/Prazo	Unidade responsável
Aquisição de conhecimento técnico para a elaboração do PDA.	Realizar curso de capacitação em elaboração do Plano de Dados Abertos da CGU.	Janeiro/Fevereiro/2020	CGPL/DRPO
Texto preliminar do PDA	Elaborar versão preliminar do PDA e submetê-lo ao CGD para avaliação.	Março/Abril/2020	CGPL/DRPO
Vídeo e planilhas para a construção do Inventário de Dados Abertos do IFB.	Elaborar vídeo didático visando capacitar as áreas do IFB quanto aos procedimentos necessários para a elaboração do inventário de bases de dados do IFB e construção de modelo de planilha de inventário.	Julho/2020	CGPL/DRPO
Consulta Pública do Inventário de Bases de Dados	Realizar consulta pública para captar as demandas da sociedade quanto às bases de dados do IFB que devem ser publicadas em formato aberto.	Julho/Agosto/2020	CGPL/DRPO
Devolutiva da Consulta Pública	Informar as áreas sistêmicas do IFB o resultado da consulta e receber o retorno da disponibilização ou não dos dados em formato aberto mediante justificativa. Publicar devolutiva da Consulta Pública	Agosto/2020	CGPL/DRPO
Definição das prioridades de abertura de bases	Elaborar vídeo e planilha para capacitar as áreas sistêmicas do IFB quanto ao preenchimento da Matriz de Priorização de Bases de Dados.	Agosto/Setembro/2020	CGPL/DRPO
Versão final do conteúdo escrito do PDA.	Elaborar conteúdo escrito com os resultados de todas as etapas anteriores e ainda informações estratégicas do Plano e da instituição	Setembro/2020	CGPL/DRPO

Aprovação do PDA	Aprovar o conteúdo final do PDA junto ao CGD (Comitê de Governança Digital) do IFB.	Setembro/2020	CGD/IFB
Publicação do PDA	Publicar o PDA em transparência ativa no portal do IFB e submetê-lo ao Núcleo de Dados Abertos da CGU para análise.	Setembro/Outubro/2020	CGPL/DRPO
Revisão do Plano para atender o último ano de vigência.	Publicar nova versão do Plano com revisões, caso haja.	Agosto/2021	CGPL/DRPO
Relatório de acompanhamento	Publicar relatório de acompanhamento do PDA vigente.	Dezembro/2021	CGPL/DRPO

### Cronograma de abertura de bases de dados

Nome da Base de Dados	Mês/ano previstos para publicação	Frequência de atualização da base	Breve descrição da base	Unidade responsável e contato
Tesouro Gerencial IFB	Novembro/2020	Anual	Banco de dados que compreende as informações orçamentárias e financeiras do IFB com tipificações de gastos desenvolvidas para a realidade do IFB.	CGPL/DRPO CGPL@ifb.edu.br
Ouvidoria	Novembro/2020	Anual	Base de dados que compreende as informações dos registros de manifestações junto à ouvidoria do IFB.	CGPL/DRPO CGPL@ifb.edu.br
SIGEP IFB	Novembro/2020	Anual	Banco de dados que compreende as informações cadastrais dos servidores do IFB categorizados por unidade administrativa do IFB.	CGPL/DRPO CGPL@ifb.edu.br
Extensão (SGA)	Dezembro/2020	Anual	Banco de dados que compreende informações relacionadas a Extensão, Estágio e Deficiências dos estudantes.	CGPL/DRPO CGPL@ifb.edu.br
Emendas parlamentares recebidas	Dezembro/2020	Anual	Elencar todos os recursos advindos de emendas parlamentares.	Assessoria Parlamentar reitoria@ifb.edu.br
Licitações	Dezembro/2020	Mensal	Informações das licitações realizadas pelo IFB, em atendimento ao art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.	PRAD prad@ifb.edu.br
SISTEC IFB	Dezembro/2020	Anual	Banco de dados que compreende as informações cadastrais	CGPL/DRPO CGPL@ifb.edu.br

			dos alunos do IFB desde o ano de 2009.	
Contratos	Dezembro/2020	Mensal	Lista dos Contratos Administrativos firmados no âmbito do IFB, em conformidade com o disposto na Lei de Transparência.	PRAD prad@ifb.edu.br
Mundo do Trabalho (IFB em Números)	Dezembro/2020	Anual	Banco de dados que compreende informações relacionadas à relação dos egressos do IFB com o mundo do trabalho.	CGPL/DRPO CGPL@ifb.edu.br
Extraí Lattes	Dezembro/2020	Anual	Banco de dados que compreende as informações dos currículos lattes dos servidores do IFB (professores e técnicos).	CGPL/DRPO CGPL@ifb.edu.br
SIG	Dezembro/2020	Trimestral	Banco de dados que compreende as informações dos projetos de planejamento e de acompanhamento de rotina do IFB.	CGPL/DRPO CGPL@ifb.edu.br
Portfólio da Pesquisa e Inovação	Dezembro/2020	Anual	Banco de dados que compreende informações relacionadas aos projetos de pesquisa e inovação.	PRPI prpi@ifb.edu.br
Programas de Intercâmbio Institucional	Dezembro/2020	Anual	Banco de dados que compreende os Programas de Intercâmbio Institucional vigentes	Assessoria Internacional internacional@ifb.edu.br
Código de Vagas (Ocupados, Livres e Excedentes)	Dezembro/2020	Mensal	Quantitativos de códigos de vagas (ocupados, livres e excedentes) dos cargos integrantes do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação e do cargo de Professor do Magistério Federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.	PRGP prgp@ifb.edu.br
Grupos de Pesquisa	Janeiro/2021	Anual	Banco de dados que compreende informações relacionadas aos grupos de pesquisa do IFB.	PRPI prpi@ifb.edu.br
Docentes por Área de Conhecimento - IFB	Janeiro/2021	Mensal	Docentes por área de conhecimento.	PRGP prgp@ifb.edu.br
Acordos Internacionais	Janeiro/2021	Anual	Banco de dados que compreende os acordos internacionais vigentes.	Assessoria Internacional internacional@ifb.edu.br

Terceirizados	Janeiro/2021	Mensal	Lista dos prestadores de serviços terceirizados do IFB.	PRAD prad@ifb.edu.br
Publicações da Editora IFB	Janeiro/2021	Anual	Banco de dados que compreende informações relacionadas às publicações realizadas pela Editora IFB.	PRPI prpi@ifb.edu.br

### Cronograma de promoção, fomento, uso e reuso das bases do IFB

Produto	Atividades	Meta/Prazo	Unidade responsável
Publicação de matérias informando sobre a publicação de bases e o seu conteúdo.	Publicar matérias, no site do IFB, em meses de publicação de bases.	Mês corrente ou subsequente à abertura de nova base.	CGPL e DICOM
Evento de divulgação de utilização do PDA do IFB	Evento com o intuito de fomentar e demonstrar para a sociedade a utilização dos Dados Abertos do IFB por meio da plataforma "IFB em Números".	2º semestre 2021	CGPL/DRPO

## 12 Anexos

### Anexo 1 - Inventário de Bases de Dados do IFB

Item	Nome da Base de Dados	Descrição	Responsável	Periodicidade de Atualização	Base Possui Conteúdo Sigiloso	Disponível no <a href="http://dados.gov.br">dados.gov.br</a>
1	Acordos Internacionais	Banco de dados que compreende os acordos internacionais vigentes	Anderson Galvão	Anual	Sim	Não
2	Código de Vagas (Ocupados, Livres e Excedentes)	Quantitativos de códigos de vagas (ocupados, livres e excedentes) dos cargos integrantes do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação e do cargo de Professor do Magistério Federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.	PRGP	Mensal	Não	Não
3	Contratos	Lista dos Contratos Administrativos firmados no âmbito do IFB, em conformidade com o disposto na Lei de Transparência.	CDCC	Mensal	Não	Não
4	Docentes por Área de Conhecimento - IFB	Docentes por área de conhecimento	PRGP	Mensal	Não	Não

5	Emendas parlamentares recebidas	Enumera todos os recursos advindos de emendas parlamentares	Felipe De Angelis	Anual	Sim	Não
6	Escola Virtual	Ambiente Virtual de Aprendizagem desenvolvido no MOODLE. Nele ocorre o desenvolvimento e a oferta de cursos autoinstrucionais, de fluxo contínuo ofertado para a comunidade interna e externa.	PREN/DEaD	Mensal	Sim	Não
7	Extensão (SGA)	Banco de dados que compreende informações relacionadas a Extensão, Estágio e Deficiências dos estudantes	PREX	Anual	Não	Não
8	Extraí Lattes	Banco de dados que compreende as informações dos currículos lattes dos servidores do IFB (professores e técnicos)	CGPL	Anual	Sim	Não
9	Grupos de Pesquisa	Banco de dados que compreende informações relacionadas aos grupos de pesquisa do IFB	PRPI	anual	Não	Não
10	Licitações	Informações das licitações realizadas pelo IFB, em atendimento ao art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011	CGAQ/PRAD	Mensal	Não	Não
11	Mundo do Trabalho (IFB em Números)	Banco de dados que compreende informações relacionadas à relação dos egressos do IFB com o mundo do trabalho	PREX	Anual	Sim	Não
12	NEAD	Ambiente Virtual de Aprendizagem desenvolvido no MOODLE. Nele ocorre o desenvolvimento e a oferta de cursos regulares presenciais e a distância, de extensão e capacitações dos servidores.	PREN/DEaD	Mensal	Sim	Não
13	Ouvidoria	Base de dados que compreende as informações dos registros de manifestações junto à ouvidoria do IFB	Ouvidoria	Anual	Não	Sim
14	Plataforma Eventos	Concentra os dados dos eventos institucionais, inscrição e certificação de participantes	DICOM	conforme a demanda dos setores	Não	Não
15	Portfólio da Pesquisa e Inovação	Banco de dados que compreende informações relacionadas aos projetos de pesquisa e inovação	PRPI	anual	Não	Não
16	Programas de Intercâmbio Institucional	Banco de dados que compreende os Programas de Intercâmbio Institucional vigentes	Anderson Galvão	Anual	Sim	Não
17	Publicações da Editora IFB	Banco de dados que compreende informações relacionadas às publicações realizadas pela Editora IFB	PRPI	anual	Não	Não
18	Redmine DTIC	Banco de dados que compreende as informações dos projetos e configurações técnicas dos sistemas e serviços de TIC do IFB.	DTIC	diária	Sim	Não
19	SGA	Sistema de Gerenciamento Acadêmico. Reúne as informações da vida acadêmica dos estudantes, cursos, notas e frequências.	PREN	Mensal	Sim	Não
20	SGI	Banco de dados que compreende as informações dos projetos de planejamento e de acompanhamento de rotina do IFB.	CGPL	Trimestral	Sim	Não
21	SGPS	Sistema de Gerenciamento do Processo Seletivo. Trata do processo de inscrição e seleção por meio de sorteio dos inscritos para ingresso nos	PREN/DRDE	Mensal	SIM	Não



		cursos do IFB				
22	SIGAE	Sistema de Gerenciamento de Assistência Estudantil. Reúne informações para o trabalho de classificação e acompanhamento dos estudantes que recebem algum auxílio, seja monetário ou de atendimento técnico especializado.	PREN/DRDE	Mensal	SIM	Não
23	SIGEPE IFB	Banco de dados que compreende as informações cadastrais dos servidores do IFB categorizados por unidade administrativa do IFB	CGPL	Anual	Sim	Sim
24	SISTEC IFB	Banco de dados que compreende as informações cadastrais dos alunos do IFB desde o ano de 2009	CGPL	Anual	Sim	Sim
25	Terceirizados	Lista dos prestadores de serviços terceirizados do IFB	CDSG	Mensal	Não	Não
26	Tesouro Gerencial IFB	Banco de dados que compreende as informações orçamentárias e financeiras do IFB com tipificações de gastos desenvolvidas para a realidade do IFB	CGPL	Anual	Não	Não

## Anexo 2 – Devolutiva da Consulta Pública referente ao inventário de bases de dados do IFB

O inventário de bases do IFB, composto por 26 bases de dados, foi submetido a consulta pública pelo período de 17 dias (07/08/2020 a 23/08/2020).

Todas as bases foram demandadas, todavia, algumas não serão publicadas no período de vigência deste PDA. Seguem as justificativas da não abertura das referidas bases:

Item	Nome da Base de Dados	Descrição	Resultado Consulta Pública (Votos)	Vai Disponibilizar em Formato Aberto?	Justificativa
1	Escola Virtual	Ambiente Virtual de Aprendizagem desenvolvido no MOODLE. Nele ocorre o desenvolvimento e a oferta de cursos autoinstrucionais, de fluxo contínuo ofertado para a comunidade interna e externa.	31	Não	<p>Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, que Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.</p> <p>Seção V - Das Informações Pessoais</p> <p>Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.</p> <p>O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que, no IFB, utiliza-se o Moodle contém dados pessoais dos estudantes e servidores (nome completo, CPF e e-mail), bem como notas referentes às avaliações realizadas nas disciplinas dos cursos ofertados pelo IFB.</p>
2	NEAD	Ambiente Virtual de Aprendizagem desenvolvido no MOODLE. Nele ocorre o desenvolvimento e a oferta de cursos regulares presenciais e a distância, de extensão e capacitações dos servidores.	26	Não	<p>Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, que Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.</p> <p>Seção V - Das Informações Pessoais</p> <p>Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.</p> <p>O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que, no IFB, utiliza-se o Moodle contém dados pessoais dos estudantes e servidores (nome completo, CPF e e-mail), bem como notas referentes às avaliações realizadas nas disciplinas dos cursos ofertados pelo IFB.</p>
3	Plataforma Eventos	Concentra os dados dos eventos institucionais, inscrição e certificação de participantes	25	Não	As informações constante dos respectivos cadastro do evento e de seus participantes contém dados pessoais.
4	Redmine DTIC	Banco de dados que compreende as informações dos projetos e configurações técnicas dos sistemas e serviços de TIC do IFB.	20	Não	Essa base não será disponibilizada em formato aberto por questões de segurança da informação para resguardar e proteger os sistemas e serviços de TIC do IFB.

5	SGA	Sistema de Gerenciamento Acadêmico. Reúne as informações da vida acadêmica dos estudantes, cursos, notas e frequências.	23	Não	O sistema contém informações pessoais de todos os estudantes do IFB, bem como os desempenhos e frequências às aulas, não sendo possível a publicização dos dados. Os estudantes e/ou responsáveis possuem acesso às frequências e desempenho pelo Portal do Estudante.
6	SGPS	Sistema de Gerenciamento do Processo Seletivo. Trata do processo de inscrição e seleção por meio de sorteio dos inscritos para ingresso nos cursos do IFB	23	Não	O sistema de gestão do processo seletivo contém dados pessoais dos candidatos aos cursos. Além disso, é o principal instrumento de seleção dos candidatos e meio pelo qual ocorre o sorteio das vagas. Todos os atos decorrentes dos sorteios já são publicizados na página do IFB (as vagas - pelos editais, a quantidade de inscritos, o resultado do sorteio, os convocados para matrícula, etc.)
7	SIGAE	Sistema de Gerenciamento de Assistência Estudantil. Reúne informações para o trabalho de classificação e acompanhamento dos estudantes que recebem algum auxílio, seja monetário ou de atendimento técnico especializado.	25	Não	Por este sistema, ainda em construção, os estudantes se inscrevem para concorrer a uma das vagas dos editais de Auxílio à Permanência lançados pelos campi. Para concorrerem, eles respondem a perguntas sobre sua situação econômica e social e a das pessoas que residem com ele. Portanto, os dados contidos no SIGAE são estritamente sigilosos.

## Anexo 3 - Glossário de siglas

**API:** Application Programming Interface ou Interface de Programação de Aplicações.

**CGINDA:** Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos.

**CGD:** Comitê de Governança Digital.

**CGPL:** Coordenação Geral de Planejamento.

**DRPO:** Diretoria de Planejamento e Orçamento.

**INDA:** Infraestrutura Nacional de Dados Abertos.

**INDE:** Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais.

**IFB:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

**LAI:** Lei de Acesso à Informação.

**PDA:** Plano de Dados Abertos.

**PDI:** Plano de Desenvolvimento Institucional.

**POSIC:** Política de Segurança da Informação e Comunicações.

**SIAFI:** Sistema Integrado de Administração Financeira.

**SIC:** Serviço de Informação ao Cidadão.

**SLTI:** Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

**SISTEC:** Sistema Nacional da Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

**VCGE:** Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico.

## Anexo 4 - Glossário de definições (fonte: INDA)

**Conjunto de Dados:** ou "dataset" é uma coleção de dados normalmente tabulados. Por cada elemento (ou indivíduo) se indicam várias características. Cada coluna representa uma variável particular. Cada linha corresponde a um determinado membro do conjunto de dados em questão. Cada valor é conhecido como um dado. O conjunto de dados pode incluir dados para um ou mais membros, correspondente ao número de linhas.

**Dado:** sequência de símbolos ou valores, representados em alguns meios, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial. Entende-se que dados são observações ou o resultado de uma medida (por investigação, cálculo ou pesquisa) de aspectos característicos da natureza, estado ou condição de algo de interesse, que são descritos através de representações formais e, ao serem apresentados de forma direta ou indireta à consciência, servem de base ou pressuposto no processo cognitivo (HOUAISS, 2001; SETZER, 2001;).

**Dados abertos:** dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento.

**Dado público:** qualquer dado gerado ou sob a guarda governamental que não tenha o seu acesso restrito por legislação específica.

**e-MAG:** Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – é um documento com recomendações a serem consideradas para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação.

**e-PING:** Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

**e-VoG:** Vocabulários e Ontologias do Governo Eletrônico é um conjunto de padrões, ferramentas e metodologias para possibilitar: o intercâmbio de informações com acordo semântico, de forma a viabilizar o pronto cruzamento de dados de diversas fontes; o uso de metodologias de modelagem conceitual como forma de elicitação do conhecimento tácito das áreas de negócio de governo; o uso de ontologias como ferramenta para explicitar conhecimentos de maneira formal e coerente; o alinhamento conceitual das diversas áreas do conhecimento do governo. Um dos produtos do e-VoG é o Repositório de Vocabulários e Ontologias de Governo Eletrônico (<http://vocab.e.gov.br/>), local para acesso a todas as referências ontológicas do Governo Eletrônico Federal.

**Formato aberto:** formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização.

**Informação:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato. A informação é gerada a partir de algum tratamento ou processamento dos dados por parte do seu usuário, envolvendo, além de procedimentos formais (tradução, formatação, fusão, exibição, etc.), os processos cognitivos de cada indivíduo (MACHADO, 2002; SETZER, 2001).

**Licença aberta:** acordo de fornecimento de dados que conceda amplo acesso para que qualquer pessoa os utilize, os reutilize, e os redistribua, estando sujeito a, no máximo, exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença.

**Metadado:** informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso.

## Anexo 5 - Referências

Nome	Descrição	Localização
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação - LAI)	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm</a>
e-PING - arquitetura de interoperabilidade do governo eletrônico	Conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de Serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.	<a href="http://eping.governoeletronico.gov.br/">http://eping.governoeletronico.gov.br/</a>
e-MAG - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico	Conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação.	<a href="http://emag.governoeletronico.gov.br/">http://emag.governoeletronico.gov.br/</a>
e-vog: vocabulários e ontologias de Governo Eletrônico	Conjunto de padrões, ferramentas e metodologias para possibilitar o intercâmbio de informações com acordo semântico, de forma a viabilizar o pronto cruzamento de dados de diversas fontes; o uso de metodologias de modelagem conceitual como forma de elicitação do conhecimento tácito das áreas de negócio de governo	<a href="http://vocab.e.gov.br/">http://vocab.e.gov.br/</a>
VCGE - Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico	Modelo esquemático para ser utilizado no elemento assunto. Categoria (subject. category) do Padrão de Metadados do Governo Eletrônico. Objetiva tornar mais direta a apresentação dos serviços apresentados nos portais governamentais, que devem ter sua estrutura de diretório baseada nos indexadores do VCGE.	<a href="http://vocab.e.gov.br/2011/03/vcge#esquema">http://vocab.e.gov.br/2011/03/vcge#esquema</a>
INDA - Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	Conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos, em conformidade com o disposto na e-PING. A INDA é a política do governo brasileiro para dados abertos.	<a href="http://wiki.dados.gov.br/">http://wiki.dados.gov.br/</a>
Instrução Normativa nº4 de 13 de abril de 2012 (INDA)	Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA, como política para garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos, pela sociedade e, em especial, pelas diversas	<a href="http://dados.gov.br/pagina/instrucao-normativa-da-inda">http://dados.gov.br/pagina/instrucao-normativa-da-inda</a>



	instâncias do setor público, aos dados e informações produzidas ou custodiadas pelo Poder Executivo Federal.	
Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA)	Criado no âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados Aberto - INDA para formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação da INDA.	<a href="http://wiki.dados.gov.br/Comite-Gestor-da-INDA.ashx">http://wiki.dados.gov.br/Comite-Gestor-da-INDA.ashx</a>
Portal Brasileiro de Dados Abertos	Ferramenta disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados	<a href="http://dados.gov.br/">http://dados.gov.br/</a>
Plano de Ação da INDA	Institui a necessidade de os órgãos de instituírem seus respectivos Planos de Abertura de Dados com vistas a uma Política Nacional de Dados Abertos e institui os elementos mínimos do documento, bem como orienta que a abertura de dados deve observar a relevância para o cidadão.	<a href="http://wiki.dados.gov.br/Plano-de-Acao-da-INDA.ashx?From=Plano-de-Acao">http://wiki.dados.gov.br/Plano-de-Acao-da-INDA.ashx?From=Plano-de-Acao</a>
Guia de Abertura de Dados da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	Documento que pretende contextualizar e orientar as instituições detentoras de dados públicos no processo de disponibilização desses dados conforme os princípios de Dados Abertos.	<a href="https://kit.dados.gov.br/">https://kit.dados.gov.br/</a>
Arquitetura Técnica Referencial	Documento que tem por objetivo servir como referência para implementação de soluções para disponibilização de dados na Internet seguindo os princípios de dados abertos.	<a href="http://wiki.dados.gov.br/ProdutoGT3_ArquiteturaTecnicaReferencialDeAberturaDeDados.ashx">http://wiki.dados.gov.br/ProdutoGT3_ArquiteturaTecnicaReferencialDeAberturaDeDados.ashx</a>
Cartilha para publicação de dados abertos	Documento que objetiva o estabelecimento de diretrizes para que os dados públicos governamentais do Brasil constituam a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, contribuindo para a democratização da do acesso à informação na sociedade. As diretrizes compreendem requisitos mínimos para que uma organização pública seja capaz de preparar os conjuntos de dados, implemente o processo de publicação destes na Internet e a sua catalogação no Portal de Dados Abertos do Governo Federal.	<a href="http://dados.gov.br/pagina/cartilha-publicacao-dados-abertos">http://dados.gov.br/pagina/cartilha-publicacao-dados-abertos</a>
INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais	Conjunto integrado de tecnologias, políticas, mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento; padrões e acordos, necessário para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal.	<a href="https://inde.gov.br/">https://inde.gov.br/</a>
Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 (INDE)	Institui a criação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE e determina que o compartilhamento e disseminação dos dados geoespaciais e seus metadados é obrigatório para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, salvo os protegidos por sigilo.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6666.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6666.htm</a>
Normas e Padrões da INDE	Inclui normas técnicas de cartografia, perfil de metadados geoespaciais no Brasil, entre outros.	<a href="https://inde.gov.br/NormasPadroes">https://inde.gov.br/NormasPadroes</a>
Perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil	Trata de padrões de metadados geoespecializados no Brasil.	<a href="https://inde.gov.br/CatalogoMetadados">https://inde.gov.br/CatalogoMetadados</a>

OGP - Open Government Partnership	Iniciativa multilateral voluntária que busca melhorar o desempenho governamental, fomentar a participação cívica e melhorar a capacidade de resposta dos governos aos cidadãos por meio de abertura dos dados.	<a href="https://www.opengovpartnership.org/">https://www.opengovpartnership.org/</a> <a href="http://www.governoaberto.cgu.gov.br/">http://www.governoaberto.cgu.gov.br/</a>
Decreto nº 10.160, de 09 de dezembro de 2019	Institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10160.htm#art13">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10160.htm#art13</a>
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012	Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm</a>
Portaria nº 03/SLTI/MP, de 07 de maio de 2007	Institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – e-MAG no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISIP	<a href="http://www.lex.com.br/doc/1122706_PORTARIA_N_3_DE_7_DE_MAIO_DE_2007.aspx">http://www.lex.com.br/doc/1122706_PORTARIA_N_3_DE_7_DE_MAIO_DE_2007.aspx</a>
Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, o qual estabelece o prazo de 60 dias para elaboração e publicação em sítio eletrônico do Plano de Dados Abertos e 180 dias para publicação dos dados de interesse público em formato aberto.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8777.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8777.htm</a>
Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017	Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.	<a href="http://www.lex.com.br/legis/27526361_RESOLUCAO_N_3_DE_13_DE_OUTUBRO_DE_2017.aspx">http://www.lex.com.br/legis/27526361_RESOLUCAO_N_3_DE_13_DE_OUTUBRO_DE_2017.aspx</a>
Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos	Guia de instruções que estabelece os procedimentos necessários para a elaboração do Plano de Dados Abertos.	<a href="http://wiki.dados.gov.br/GetFile.aspx?File=%2fManuais%2fPlanos%20de%20Dados%20Abertos%2f2018%2fManual%20de%20Elaboracao%20de%20Planos%20de%20Dados%20Abertos.pdf">http://wiki.dados.gov.br/GetFile.aspx?File=%2fManuais%2fPlanos%20de%20Dados%20Abertos%2f2018%2fManual%20de%20Elaboracao%20de%20Planos%20de%20Dados%20Abertos.pdf</a>
Portaria Normativa 2/2020 - RIFB/IFB, de 06 de janeiro de 2020	Estabelece a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) no âmbito do IFB.	<a href="https://www.ifb.edu.br/attachments/article/3285/PORTARIA%20NORMATIVA%202020-%20RIFB%20IFB1.pdf">https://www.ifb.edu.br/attachments/article/3285/PORTARIA%20NORMATIVA%202020-%20RIFB%20IFB1.pdf</a> <a href="https://www.ifb.edu.br/attachments/article/3285/POSIC..pdf">https://www.ifb.edu.br/attachments/article/3285/POSIC..pdf</a>
Portaria Normativa IFB nº 02, de 02 de maio de 2016	Dispõe sobre o Regimento Interno do Comitê de Governança Digital (Comitê de Tecnologia da informação e comunicação, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB)	<a href="https://www.ifb.edu.br/attachments/article/3285/PORTARIA%20NORMATIVA_002_REGIMENTO%20INTERNO%20DO%20COMIT%C3%84%20DE%20GOVERNAN%C3%87A%20DIGITAL_CGD%20(1).pdf">https://www.ifb.edu.br/attachments/article/3285/PORTARIA%20NORMATIVA_002_REGIMENTO%20INTERNO%20DO%20COMIT%C3%84%20DE%20GOVERNAN%C3%87A%20DIGITAL_CGD%20(1).pdf</a>
Plano de Desenvolvimento Institucional IFB (2019-2023)	Documento norteador do planejamento estratégico do IFB. Nele estão definidos a missão, a visão, os valores e as estratégias da instituição com a finalidade de atingir seus objetivos e metas para um período de cinco anos.	<a href="https://www.ifb.edu.br/attachments/article/19574/PDI_2019_2023_do_IFB_Versao_6_6_Final%20(1).pdf">https://www.ifb.edu.br/attachments/article/19574/PDI_2019_2023_do_IFB_Versao_6_6_Final%20(1).pdf</a>